PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

MENSAGEM Nº 22/2025

Salvador, 30 de setembro de 2025.

À Sua Excelência o Senhor
Vereador **CARLOS DA SILVA MUNIZ**
Presidente da Câmara Municipal de Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no inciso III, § 6º, do art. 163 da Lei Orgânica do Município, para apreciação dessa egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município do Salvador, para o exercício financeiro de 2026, PLOA – 2026, contendo as propostas dos Poderes Legislativo e Executivo municipais.

Em sua formulação, a proposta em destaque foi concebida mantendo compatibilidade não somente com o Projeto de Lei nº 398/2025 – Plano Plurianual 2026-2029, ora em tramitação nessa Casa Legislativa, mas, também, em observância aos dispositivos constitucionais e legais alusivos à matéria, assim como às regras da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, da Lei nº 9.868, de 04 de Junho de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 –, e das Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/BA.

Como importante instrumento do planejamento governamental, a presente Peça Orçamentária está alicerçada na prospecção de receitas e fixação de despesas, em conformidade com os normativos constitucionais-legais aplicáveis, em que se consideram os cenários sócio, político e econômico atuais e projetados para todas as esferas federativas, com repercussão regional e local. Leva-se em conta, também, os compromissos assumidos com a população, conforme delineados no Programa de Trabalho da proposta do Plano Plurianual 2026-2029, as intervenções destacadas no Plano Estratégico de Governo 2025-2028, assim como a preservação da condição do equilíbrio fiscal e a racionalidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Atente-se, também, que a construção da proposta foi norteada pela prudência nas projeções de receitas, assim como na fixação das despesas, especialmente no que tange à viabilidade de execução do programa de trabalho estabelecido para o exercício, espelhando um trato mais conservador em relação ao equilíbrio da equação orçamentária. Tal posicionamento reflete, principalmente, o cenário de incerteza que se vivencia, marcado por instabilidades políticas e econômicas que ultrapassam fronteiras e impactam diretamente a realidade dos municípios brasileiros. O quadro de tensões internacionais e as guerras em curso pressionam sobremodo importantes cadeias

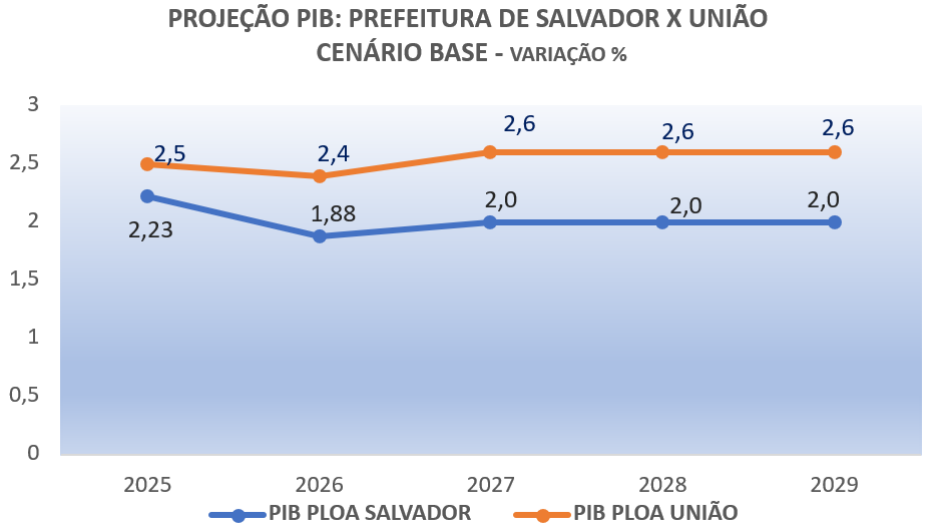
produtivas, provocando oscilações no mercado, e, com seus efeitos globalizados, terminam afetando o dia a dia da nossa população.

Neste contexto, há expectativa de significativos impactos na capital baiana, haja vista sua peculiaridade de ter uma economia apoiada no setor terciário, ligado diretamente ao consumo, ao comércio e à prestação de serviço, segmentos altamente sensíveis às injunções de conjuntura dessa natureza.

Frente a tais ameaças e inseguranças tão desafiantes, o governo municipal propõe para atual gestão um programa estratégico de trabalho, pautado em políticas estruturantes que, seguramente, vão impactar de forma positiva, ao longo do período, não só na criação de bases para impulsionar uma nova matriz econômica na cidade, como na geração do emprego e renda, em especial, com a retomada mais intensa dos setores de turismo, comercio e serviços. Espera-se que essas iniciativas concorram, também, para a redução das desigualdades sociais, melhoria da saúde, educação e assistência social, preservação e respeito à cidadania, bem como para a eficiência e agilidade dos demais serviços prestados à sociedade soteropolitana.

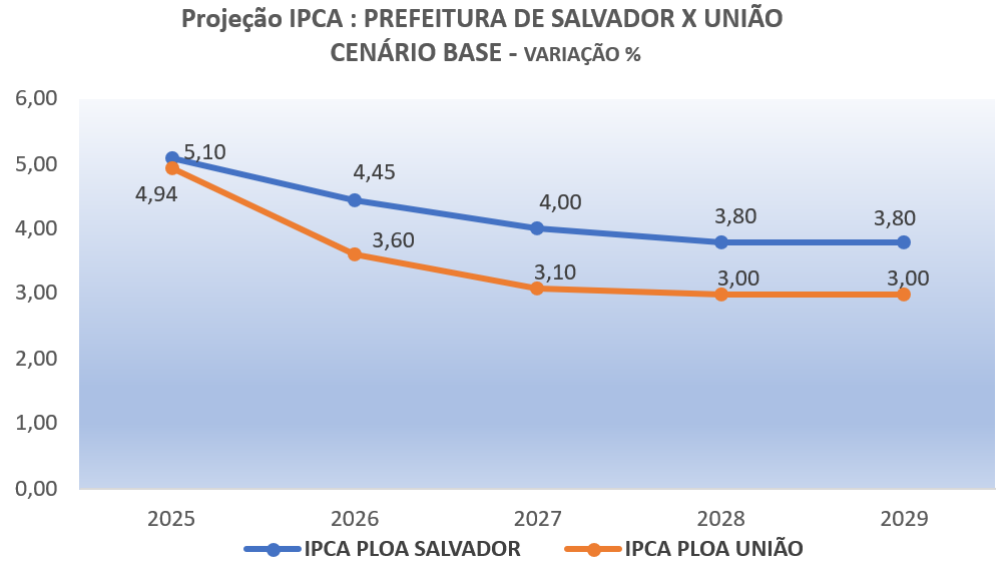
Desse modo, tanto as propostas do Plano Plurianual 2026-2029, como as do PLOA/2026, incorporam essas diretrizes, na crença de se estar trilhando na direção correta do restabelecimento de ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social da capital baiana.

Saliente-se, contudo, que, não obstante as iniciativas voltadas à aceleração do desenvolvimento e crescimento do município, a Proposta Orçamentária foi construída em incrementos mais moderados, admitindo-se ajustes, se necessário, no curso da sua execução. Esta orientação pode ser conferida no gráfico a seguir, confrontando-se os indicadores macroeconômicos utilizados pela União e os adotados pelo município para atualização de receitas e despesas.

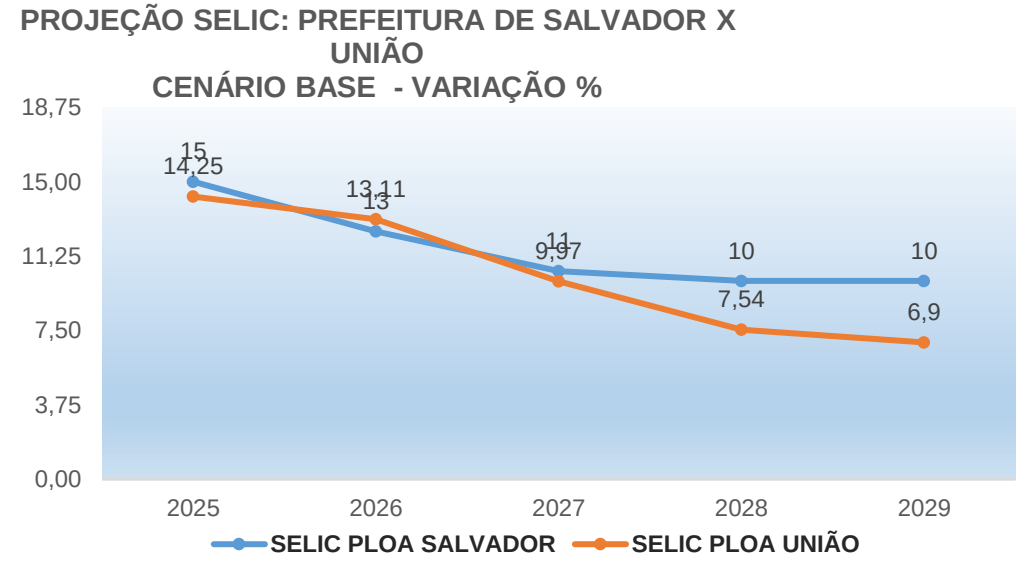


Fonte da PMS: Relatório Focus, 18 de julho de 2025
Fonte da União: SPE/ME, julho de 2025

MENSAGEM Nº 22/2025



Fonte da PMS: Relatório Focus, 18 de julho de 2025
Fonte da União: SPE/ME, julho de 2025



Fonte da PMS: Relatório Focus, 18 de julho de 2025
Fonte da União: SPE/ME, julho de 2025

Com essas balizas, foi projetado para 2026 um orçamento que totaliza R$ 14.963.154.000,00 (quatorze bilhões, novecentos e sessenta e três mil milhões e cento e cinquenta e quatro mil reais), apresentando, com relação ao exercício de 2025, um crescimento da ordem de 18,8%. A Proposta, ademais, reúne informações que integram os Orçamentos Fiscal, referente aos Poderes Municipais, seus órgãos, entidades e fundos, da Seguridade Social, abrangendo, de igual modo, as unidades a ele vinculadas, e o Orçamento de Investimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

MENSAGEM Nº 22/2025

Considerações sobre Receita e Despesas

A arquitetura orçamentária presupõe, não só, o desenvolvimento de diversos estudos, focados nos segmentos de receita e despesas, como a observância do princípio metodológico de se estabelecer, em caráter inicial, a estimativa das receitas para o exercício de referência e, com base nas disponibilidades, sem perder de vista a sustentabilidade fiscal e o critério de racionalidade, proceder-se à montagem da equação equilibrada, atribuindo o montante necessário às respectivas despesas, conforme os condicionamentos estabelecidos de obrigatoriedade e discricionariedade.

As projeções das receitas têm, como referência, os indicadores macroeconômicos, no caso dos itens sensibilizados por essas balizas, a exemplo dos impostos de arrecadação própria, das cotas partes de transferências, estadual e federal, e as aplicações financeiras, além de considerar outros aspectos de tendências de mercado que venham potencializar o ingresso dessas receitas. Outro procedimento a ser destacado no bojo dessas estimativas é a observação do desempenho histórico, conjugado com a tendência do período prospectado, o impacto da sazonalidade no fluxo de arrecadação e o componente agregado de esforço de arrecadação, que traduz a estratégia de trabalho estabelecida para captação de recursos e o desempenho da máquina fazendária para as cobranças tempestivas, assegurando um volume maior na recuperação de créditos.

As despesas, por sua vez, são fixadas tomando como referência, o desenho de cenários prospectivos, estudos comparativos com exercícios anteriores, além da variável incremento real, fomentado, principalmente, pelo arranque dos investimentos municipais. Nesta direção, busca-se preservar o montante de recursos vinculados às exigências constitucionais, seguida dos itens classificados como de condição obrigatória, a exemplo de pessoal, custeio básico, dívida e contrapartida de contratos e convênios. Já os investimentos são contemplados com o saldo residual, tentando-se prover, em caráter preliminar, as intervenções prioritárias e estratégicas dos compromissos do governo com os cidadãos soteropolitanos.

Traçado com esse perfil, os resultados obtidos na Peça Orçamentária 2026 estão espelhados nos quadros de Receita e Despesas a seguir.

Informações da Receita

No **Quadro I,** visualiza-se a receita de forma consolidada, tendo como base analítica a estrutura vigente da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1458/2025, e, no que se refere às fontes de recursos, a Portaria STN nº 710/2021 e suas atualizações.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

MENSAGEM Nº 22/2025

QUADRO I

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Receita Estimada

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2025 APROVADA	%	2026 ORÇADA	%
RECEITA TOTAL	**12.598.614.000**	**100%**	**14.963.154.000**	**100,0%**
I- RECEITAS CORRENTES	**10.871.416.000**	**86%**	**12.051.951.000**	**80,5%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.541.411.000	36%	4.993.447.000	33,4%
IPTU	1.171.259.000	9%	1.182.103.000	7,9%
ITIV	323.684.000	3%	378.332.000	2,5%
ISS	1.984.530.000	16%	2.211.212.000	14,8%
Demais Impostos, Taxas e Contr.	1.061.938.000	8%	1.221.800.000	8,2%
Contribuições	589.525.000	5%	637.979.000	4,3%
Receita Patrimonial	381.326.000	3%	373.931.000	2,5%
Receita Industrial	14.000	0%	0	0,0%
Receita de Serviços	23.911.000	0%	33.599.000	0,2%
Transferências Correntes	5.141.738.000	41%	5.835.257.000	39,0%
FPM	1.524.243.000	12%	1.625.391.000	10,9%
ICMS	777.365.000	6%	860.185.000	5,7%
SUS	1.217.532.000	10%	1.233.258.000	8,2%
FUNDEB	1.076.876.000	9%	1.129.845.000	7,6%
Demais Transferências Correntes	545.722.000	4%	986.578.000	6,6%
Outras Receitas Correntes	193.491.000	2%	177.738.000	1,2%

II- RECEITA DE CAPITAL	**1.277.670.000**	**10%**	**2.394.550.000**	**16,0%**
Operações de Crédito	907.116.000	7%	1.729.740.000	11,6%
Alienação de Bens	20.659.000	0%	5.235.000	0,0%
Transferências de Capital	266.275.000	2%	299.575.000	2,0%
Outras Receitas de Capital	83.620.000	1%	360.000.000	2,4%
III- RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**449.528.000**	**4%**	**516.653.000**	**3,5%**
Contribuições	428.136.000	3%	495.310.000	3,3%
Demais Contribuições	21.392.000	0%	21.343.000	0,1%

Fonte: PLOA 2026

Mantendo a característica habitual, as receitas classificadas como correntes consistem na grande âncora das estimativas para 2026, participando com 80,5% do total estimado. Como se pode observar, nesta categoria as receitas próprias do município, que totalizam em torno de R$ 5 bilhões, confirmam o esforço da máquina fazendária para melhorar a arrecadação do município, representando 33,4% do montante orçado, projetando, em termos absoluto, um padrão superior ao previsto para o exercício de 2025. No rol das receitas próprias, destacam-se o IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) e o ISS (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza), que representam 28,2% do valor total estimado para categoria corrente.

Nas transferências correntes, verifica-se um crescimento absoluto, ainda que discreto, em todos os ítens de receita, ampliando essa categoria, em relação a 2025, em 13,5%, já computado o montante de R$ 411,2 milhões correspondente a primeira parcela de crédito remanescente do precatório FUNDEF. Saliente-se que, no total dessas transferências, as receitas de cota parte do FPM e do ICMS e as transferências do SUS e FUNDEB correspondem à 83,1% desta categoria.

As receitas de capital, em comparação a 2025, elevam sua participação passando de uma representatividade de 10% da receita total, para 16,0%. Esse resultado é atribuído aos incrementos verificados nos itens: operações de crédito; transferência de capital relativas à repasses de convênios/contratos recebidos da União e outras receitas de capital.

Observe-se que, para atuar num cenário de recursos escassos frente a imperiosa necessidade de se prover assistência digna ao cidadão soteropolitano e de cumprir o compromisso com a aceleração sustentável do desenvolvimento e crescimento de Salvador, um dos maiores desafios da gestão nos últimos anos, a Prefeitura tem recorrido à estratégia de captação de recursos para realização de investimentos imprescindíveis.

A condição das contas saneadas e uma conduta comprometida com a responsabilidade fiscal, tem proporcionado ao Município uma larga margem de crédito para se prevalecer da estratégia de captação de recursos junto à organismos financeiros

nacionais e internacionais, assim como obter fundos com convênios e contratos celebrados com a União. Neste sentido, a carteira de captação de recursos, 2026, totaliza o montante da ordem de R$ 1,7 bilhão, que serão canalizados ao reforço do investimento das diversas áreas, com o propósito de ampliar cada vez mais a entrega de bens e serviços para a capital baiana, além da reestruturação da dívida, focada na perspectiva de viabilizar um maior escalonamento com redução de custo, para preservação do equilíbrio fiscal.

Vale ressaltar que, não obstante o credenciamento da gestão na ampliação da carteira de operações de crédito, tomando como baliza a margem de endividamento e a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, outro aspecto que ampara essas operações é a rigorosa observância da “Regra de Ouro”, em conformidade com o inciso III, do art. 167 da Constituição Federal.

Dentre as operações de crédito, celebradas e em processo avançado de negociação, destacam-se, com organismos internacionais, o montante de R$ 710 milhões dos quais: R$ 95 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; R$ 327,5 milhões com o Banco Mundial – BIRD e R$ 287,4 milhões com o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, que se destinam às intervenções voltadas à melhoria da mobilidade, com aquisição de ônibus e articulações viárias, geração de trabalho, emprego e renda, oferta de equipamentos turísticos-culturais, ao fortalecimento dos serviços da área social e à modernização de Salvador, sob o prisma digital, e a sustentabilidade fiscal, com o refinanciamento da dívida, abrindo espaços para ampliação de mais ofertas de serviços da competência municipal.

A seu turno, os financiamentos contratados com as instituições financeiras nacionais – Caixa Econômica Federal – CEF e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, totalizam R$ 217,4 milhões, para serem aplicados na renovação e ampliação da frota de Ônibus Convencionais e na conclusão do Viaduto Direcional. Estes recursos, conjugados aos originários da captação externa, visam fortalecer a gestão municipal com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, bem como a ampliação da oferta de novos serviços com intervenções nas áreas de mobilidade urbana, requalificação de vias dentre outras.

Some-se a esses destaques o montante de R$ 801,6 milhões de operações de créditos que já contam com autorização legislativa, dando início ao trâmite processual para viabilizar a contratação.

As receitas intraorçamentárias, a que correspondem aos recursos dos Fundos Previdenciários, apresentam, em relação a 2025, um crescimento da ordem de 15%, refletindo não só o impacto de novos ingressos, mas, principalmente, os aumentos salariais diferenciados, concedidos nos segmentos de maiores lotação de servidores, à exemplo dos quadros da educação e saúde.

No **Quadro II,** pode-se observar a estruturação da receita por origem e natureza da aplicação. Este corte evidencia, dentre outras informações, a dificuldade enfrentada pelo gestor público para o fechamento de uma proposta orçamentária, administrando o crescimento cada vez maior das despesas e as limitações da sua discricionariedade na alocação dos recursos, com o engessamento das receitas vinculadas.

Assim, constata-se que, do montante de recursos programados para 2026, aproximadamente 57,5% têm aplicações direcionadas, 1% são de uso privativo, e apenas 41,4% livres para alocação. Registre-se que, dos R$ 8,7 bilhões de recursos vinculados, R$ 2,5 bilhões correspondem ao mínimo obrigatório de aporte à Educação e Saúde, sendo que as demandas dessas áreas sempre extrapolam ao mínimo constitucional.

QUADRO II

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Receitas Livres e Vinculadas

R$ 1,00

CATEGORIA	PROPOSTA 2026	% NO TOTAL
Receita Livres do Tesouro	6.197.160.000	41,42%
Receitas do Tesouro Vinculadas	8.609.063.000	57,54%
Receita Própria da Administração Indireta	156.931.000	1,05%
TOTAL GERAL DA RECEITA	**14.963.154.000**	**100%**

Fonte: PLOA 2026

Informações da Despesa

Em conformidade com a lógica do princípio orçamentário, segundo a fórmula “estima-se a receita e fixa-se as despesas”, a outra face da moeda corresponde à alocação dos recursos, envolvendo não só aspectos legais nas definições e estruturação das cotas setoriais, como também as peculiaridades da vinculação do gasto com fontes específicas, despesas de caráter obrigatório, tais como pessoal, dívida e contrapartida de operações de crédito e convênios. O Programa de Investimento, como anteriormente abordado, é realizado com a disponibilidade residual de recursos, salientando, ainda, que as prioridades previstas no Plano Estratégico de Governo 2025-2028 devem ser preservadas, no montante possível de serem absorvidas no exercício.

Nesta linha, as Despesas para 2026, fixadas em igual valor ao da Receita, compõem os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento. No Orçamento Fiscal, encontram-se todas as propostas de trabalho das secretarias e órgãos, à exceção das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que compõem o Orçamento da Seguridade Social. Por sua parte, o Orçamento de Investimento abriga a Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador – CDEMS e a Companhia de Securitização de Salvador – SALSEC, qualificadas como empresas públicas não dependentes.

A despesa na estrutura orçamentária vem disposta com cortes de leitura sob vários aspectos. Contudo, a abordagem dos quadros a seguir selecionados, permitem

um entendimento da proposta deste componente, numa visão de macros agregados, sem que haja prejuízo sob a contextualização do orçamento como um todo.

No Quadro III, a despesa encontra-se estruturada sob a ótica contábil de descrição por categoria econômica. Neste recorte, o item Investimento, que corresponde às despesas alocadas apenas no grupo 44, totaliza R$ 2,2 bilhões, correspondendo a 14,6% do total da despesa. Contudo, se avaliarmos o investimento à luz do planejamento, em que se considera toda ação que resulta em oferta de bens e serviços à sociedade, sejam elas viabilizadas por despesas correntes ou de capital e por projetos e atividades finalísticas, o valor orçado, com base neste conceito, avança para R$ 5,8 bilhões, equivalendo a 39,0% do montante, conforme evidencia o **Quadro IV**.

Numa perspectiva mais conservadora, tomando por base apenas os valores inerentes aos projetos que integram a proposta do PLOA/2026, o total destinado ao Investimento, ainda assim, alcança R$ 3,0 bilhões equivalendo a 20,3%, o que é, sem dúvida, um percentual expressivo, haja vista as vinculações de reservas orçamentárias comprometidas com despesas obrigatórias.

QUADRO III

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Despesa por Categoria e Grupo de Despesa

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% TOTAL
DESPESAS CORRENTES	**7.438.675.000**	**4.234.431.000**	**11.673.106.000**	**78,0%**
Pessoal e Encargos	2.742.320.000	1.998.764.000	4.741.084.000	31,7%
Juros e Encargos da Dívida	260.208.000	-	260.208.000	1,7%
Outras Despesas Correntes	4.436.147.000	2.235.667.000	6.671.814.000	44,6%
DESPESAS DE CAPITAL	**3.082.122.000**	**187.926.000**	**3.270.048.000**	**21,9%**
Investimentos	2.001.741.000	187.926.000	2.189.667.000	14,6%
Inversões Financeiras	239.441.000	-	239.441.000	1,6%
Amortização da Dívida	840.940.000	-	840.940.000	5,6%

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**20.000.000**	**-**	**20.000.000**	**0,1%**
T O T A L	**10.540.797.000**	**4.422.357.000**	**14.963.154.000**	**100,0%**

Fonte: PLOA 2026

QUADRO IV

Despesa por Grupo Programático

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Exercício 2026

R$ 1,00

GRUPO PROGRAMÁTICO	VALOR	%
Pessoal	4.985.944.000	33,32%
Custeio	3.101.573.000	20,73%
Operações Especiais	1.015.708.000	6,79%
Investimento	5.839.929.000	39,03%
Projetos	3.031.118.000	20,26%
Atividades Finalísticas	2.808.811.000	18,77%
Reserva de Contingência	20.000.000	0,13%
TOTAL	**14.963.154.000**	**100%**

Fonte: PLOA 2026

Em que pese o indispensável zelo da Administração no monitoramento e racionalização das despesas de custeio, é inevitável o seu crescimento. As decisões do governo de realizar obras e ampliar e/ou melhorar serviços públicos não se esgotam apenas nos investimentos. Alavancam, também, as despesas com o custeio e o funcionamento dos empreendimentos realizados. Assim é que o item Outras Despesas Correntes, por onde correm os custeios administrativo e de funcionamento dos serviços, participa com 44,6% do total orçado e 57,2% da categoria corrente. Saliente-se que, do total dos itens da despesa, é expressivo o peso da participação de Educação, Saúde e Limpeza Urbana, que representam 44% do total dos recursos orçados para 2026.

MENSAGEM Nº 22/2025

Outro fator que reflete o crescimento e o dinamismo da gestão é, sem dúvida, a despesa de pessoal, que apresenta incrementos significativos frutos de recomposição salariais, revisão de planos de cargos e salários de determinadas categorias, a exemplo dos profissionais da área de saúde e da educação, particularmente do grupo do magistério, assim como da recomposição salarial diferenciada para essas categoria. Nestas despesas, pode-se constatar uma representatividade de 31,7% no total orçado e 41% das despesas correntes.

Vale salientar que, não obstante a representatividade dessa despesa no montante do Orçamento, os índices atingidos com base na Receita Corrente Líquida, calculados à luz das diretrizes estabelecidas na Portaria STN Nº 2057 de 15 de Setembro de 2025, evidenciam que a gestão municipal ainda dispõe de uma margem confortável de trabalho, na medida em que os percentuais atingidos pelos Poderes Legislativo, 1,93%, e Executivo, 30,98%, conforme mostra o **Quadro V**, encontram-se abaixo dos limites legais estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000.

QUADRO V

Avaliação do Limite de Despesa com Pessoal

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Exercício 2026

R$ 1,00

Poder	Limite Legal	Limite Prudencial	Valor alocado PLOA 2025	Receita Corrente Líquida	Limite atingido %
Legislativo	6%	5,70%	222.801.000	11.562.392.000	1,93%
Executivo	54%	51,30%	3.581.660.000		30,98%

Fonte: PLOA 2026

O **Quadro VI** oferece uma visão sob a perspectiva institucional, com a distribuição dos recursos agrupados por Poder, Secretaria e Órgão. Nesta configuração, constata-se que, na área social, estão canalizados para Saúde e Educação R$ 5,9 bilhões. Este montante reflete não apenas o emprego compulsório, fruto da exigência constitucional, mas, sobretudo, a prioridade que o governo municipal vem dispensando a essas áreas, no sentido de construir o alicerce estrutural de alavancagem para ampliação e melhoria da oferta desses serviços.

Na sequência, tem-se a Secretaria Municipal de Ordem Pública, concentrando R$ 1,3 bilhão, que representa 9% do montante orçado, dos quais R$ 775,0 milhões são destinados à limpeza urbana e R$ 234,7 milhões, à iluminação pública. Na Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas estão alocados R$ 902,3 milhões, equivalendo a 6% do valor total orçado, confirmando o volume de investimentos que integra o Programa de Trabalho do Governo Municipal, com um conjunto arrojado de obras em diversas áreas.

MENSAGEM Nº 22/2025

Continuando, observa-se que a Secretaria Municipal de Gestão participa com R$ 978 milhões, assumindo 6,5%, das despesas, sendo que os fundos previdenciários, totalizando R$ 902 milhões, correspondem a 92% do total da Secretaria. As Secretarias que concentram as intervenções de mobilidade, manutenção da cidade e meio ambiente e defesa civil absorvem aproximadamente R$ 1,6 bilhão. As demais, com exceção dos Encargos Gerais, que detém R$ 1,8 bilhão para arcar, prioritariamente, com os compromissos dos juros e a amortização da Dívida e a Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores, configuram parcelas bem menos representativas.

QUADRO VI

Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Exercício 2026

R$ 1,00

ÓRGÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% TOTAL
Câmara Municipal do Salvador	349.541.000	-	349.541.000	2,3%
Secretaria de Governo	108.770.000	-	108.770.000	0,7%
Gabinete do Vice Prefeitura	4.740.000	-	4.740.000	0,0%
Procuradoria Geral do Município	95.992.000	-	95.992.000	0,6%
Casa Civil	36.185.000	200.000	36.385.000	0,2%
Sec. Municipal da Fazenda	301.406.000	-	301.406.000	2,0%
Sec. Municipal da Saúde	-	3.121.873.000	3.121.873.000	20,9%
Sec. Municipal da Reparação	13.515.000	-	13.515.000	0,1%
Sec. Municipal de Gestão	74.841.000	902.908.000	977.749.000	6,5%
Sec. Municipal de Sustentabilidade e Resiliência	62.328.000	25.810.000	88.138.000	0,6%
Sec. Municipal da Educação	2.749.685.000	-	2.749.685.000	18,4%
Sec. Municipal de Ordem Pública	1.331.946.000	-	1.331.946.000	8,9%
Sec. Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer	46.386.000	317.222.000	363.608.000	2,4%

Sec. Municipal de Mobilidade	1.186.627.000	-	1.186.627.000	7,9%
Sec. Municipal de Cultura e Turismo	541.494.000	-	541.494.000	3,6%
Sec. Municipal de Manutenção da Cidade	306.048.000	-	306.048.000	2,0%
Sec. Municipal de Comunicação	112.299.000	-	112.299.000	0,8%
Sec. Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude	39.511.000	54.344.000	93.855.000	0,6%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda	66.416.000	-	66.416.000	0,4%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	135.459.000	-	135.459.000	0,9%
Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	902.261.000	-	902.261.000	6,0%
Controladoria Geral do Município de Salvador	42.702.000	-	42.702.000	0,3%
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	148.619.000	-	148.619.000	1,0%
Secretaria Municipal de Articulação Comunitária e Prefeituras Bairro	40.478.000		40.478.000	0,3%
Encargos Gerais do Município	1.823.548.000	-	1.823.548.000	12,2%
Reserva de Contingência	20.000.000	-	20.000.000	0,1%
TOTAL	**10.540.797.000**	**4.422.357.000**	**14.963.154.000**	**100,0%**

Fonte: PLOA 2026

Como no agrupamento institucional, o orçamento estruturado por funções, **QUADRO VII,** confirma o peso da área social, capitaneada pela educação, saúde e assistência, absorvendo 30% do valor orçado para 2026, o que representa R$ 4,8 bilhões. Seguem-se a essas prioridades, os recursos canalizados para Urbanismo que representam 16,0% das despesas, totalizando R$ 2,4 bilhões. Esta função congrega intervenções voltadas à mobilidade urbana, saneamento, requalificação de orla,

iluminação pública, estabilização de encostas e construção e reformas de equipamentos públicos.

A área de gestão, que ampara as funções Administração, Previdência Social, Ciência e Tecnologia e Encargos Especiais, representa 34% do orçamento total, com a soma aproximada de R$5,0 bilhões de reais.

QUADRO VII

Demonstrativo da Despesa Consolidada por Função

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Exercício 2026

R$ 1,00

FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% TOTAL
Legislativa	349.541.000	-	349.541.000	2,3%
Judiciária	93.807.000	-	93.807.000	0,6%
Administração	2.446.696.000	-	2.446.696.000	16,4%
Segurança Pública	156.336.000		156.336.000	1,0%
Assistência Social	-	371.366.000	371.366.000	2,5%
Previdência Social	-	902.908.000	902.908.000	6,0%
Saúde	-	3.148.083.000	3.148.083.000	21,0%
Trabalho	64.962.000	-	64.962.000	0,4%
Educação	1.269.078.000	-	1.269.078.000	8,5%
Cultura	368.005.000	-	368.005.000	2,5%
Direitos da Cidadania	69.661.000	-	69.661.000	0,5%
Urbanismo	2.394.757.000	-	2.394.757.000	16,0%
Habitação	150.289.000	-	150.289.000	1,0%
Saneamento	56.776.000	-	56.776.000	0,4%
Gestão Ambiental	44.534.000	-	44.534.000	0,3%
Ciência e Tecnologia	148.552.000	-	148.552.000	1,0%
Agricultura	360.000	-	360.000	0,0%
Indústria	44.437.000	-	44.437.000	0,3%

Comércio e Serviços	198.404.000	-	198.404.000	1,3%
Comunicações	112.239.000	-	112.239.000	0,8%
Transporte	938.136.000	-	938.136.000	6,3%
Desporto e Lazer	96.569.000	-	96.569.000	0,6%
Encargos Especiais	1.517.658.000	-	1.517.658.000	10,1%
Reserva de Contingência	20.000.000	-	20.000.000	0,1%
TOTAL	**10.540.797.000**	**4.422.357.000**	**14.963.154.000**	**100,0%**

Fonte: PLOA 2026

Considerações sobre o Programa de Trabalho

O programa de trabalho, que integra o PLOA/2026, foi estruturado com base no Plano Plurianual 2026-2029, encaminhado a essa Casa Legislativa em agosto último, e dispõe de 518 ações, das quais 316 estão focadas nas políticas e diretrizes estabelecidas para a atuação do governo, que lida com o desafio de implementar novos paradigmas de crescimento econômico, preservando os valores culturais, a melhoria da mobilidade urbana, a prática da eficiência e modernidade da gestão, a ampliação e melhoria da oferta dos serviços públicos e o fomento à geração de emprego e renda, objetivando, ao mesmo tempo, elevar a qualidade de vida dos soteropolitanos e nosso status de metrópole destaque no cenário regional e nacional.

Nesta direção, a área social, que sempre foi prioridade do Governo, contempla, na sua proposta de trabalho, intervenções que agregam valor e respondem ao compromisso da gestão de oferecer aos soteropolitanos serviços de qualidade, sintonizados com os apelos contemporâneos. Assim é que, contando com recursos da ordem de R$ 549 milhões, o programa Educação de Qualidade: Base do Desenvolvimento Humano propõe, para 2026, ampliar a oferta de vagas com a construção, reconstrução e reforma de 03 Centros de Educação Infantil e 16 Unidades de Educação Fundamental, além de fortalecer a previsão de atender 40.313 alunos de Creche e Pré Escola, por meio da rede particular credenciada, operando, inclusive, pelo Programa Pé na Escola.

No concernente ao fortalecimento da qualidade do ensino e do aprendizado, as propostas para 2026 visam intensificar o monitoramento dos resultados em todas as séries e classes, acompanhando o desempenho e avanços dos alunos sob a ótica regional; investir na redução da defasagem idade série com a regularização do fluxo escolar, alcançando 4.076 alunos; manter o corpo docente atualizado e capacitado para gestão pedagógica e implementar a educação digital, como fundamento para os avanços de aprendizado e inclusão social.

A Saúde, com as propostas amparadas no Programa Vida Saudável: Saúde, Esporte e Lazer, investindo R$ 1,5 bilhão, prevê, para 2026, iniciativas que envolvem o atendimento integral do indivíduo, através dos cuidados físicos e psíquicos ofertados ao

cidadão, complementados com o componente de esporte e lazer. Inclui-se, também, a cobertura de cuidado à população animal.

Na linha ampla e de cobertura integral, destaca-se, no programa de trabalho dessa área, para o exercício vindouro, dentre outras iniciativas, a ampliação do atendimento da Atenção Básica, com a construção de mais 02 Unidades de Saúde da Família – USFs e mais uma UPA de atenção especializada em Cajazeira; reforma de 02 unidades de atendimento sendo uma UPA e uma USF; ampliação da rede de atendimento especializado em 08 unidades, envolvendo Postos de Coleta e Bases de SAMU; ampliação de 02 Unidades de atendimento Psicossocial e a implantação de uma nova unidade de Vigilância em Saúde. Agrega-se a esse elenco de iniciativas, a implantação definitiva da Maternidade e Hospital da Criança que, disponibilizando 200 leitos de internamento, viabilizará ainda assistência integral, resolutiva e de qualidade no pré-natal, assegurando que gestantes e crianças tenham cobertura plena às consultas e a todos os exames necessários.

Com o compromisso de promover as condições de viabilizar ao cidadão o cuidado da saúde sob a perspectiva não só curativa, mas preventiva e integral, o esporte e lazer vem sendo reconhecido como um dos componentes importantes e terapêutico complementar no trato das doenças e comorbidades que afetam a população.

Atento a essa questão, o governo municipal, vem intensificando intervenções voltadas ao esporte e ao lazer, reservando para o exercício de 2026, a conclusão da Arena Multiuso, no bairro da Boca do Rio. Trata-se de um importante equipamento de lazer, que disporá de espaço para 12 mil espectadores e estrutura para competições esportivas, espetáculos musicais e teatrais, encontros de tecnologia e inovação, com porte capaz de abrigar eventos nacionais e internacionais, preenchendo uma lacuna aberta com a demolição, em 2010, do notável Ginásio de Esportes Antônio Balbino, para construção do estacionamento da nova Arena Fonte Nova.

Contempla-se, ainda no âmbito esportivo, a ampliação de quatro academias populares, uma proposta que vem obtendo muita receptividade na capital baiana, assim como a implementação do projeto Sempre Esportivo, para promover o acesso ao esporte, à saúde e à formação de novos talentos.

Na abrangência do Programa, inclui-se o cuidado animal, no entendimento de que, o compromisso com a saúde humana, não isenta a atuação do governo em investir na oferta de um trato adequado à essa clientela. Sob esse aspecto, respondendo a uma demanda crescente, há previsão de ampliar-se gradativamente a capacidade de atendimento do Hospital Veterinário de Pau da Lima, passando dos atuais 8.050 para 9.000 procedimentos/mês, envolvendo o atendimento ambulatorial, exames de imagem e laboratório, internamento e cirurgias, dentre outros.

Ainda como suporte social, o Programa – Promoção Social em Rede: Compromisso com Assistência e Reparação Social, põe em evidência importantes aspectos tratados pela gestão com iniciativas voltadas ao amparo assistencial, ao resgate da cidadania, ao combate ao racismo e ao fortalecimento de ações de reparação, à atenção às pessoas idosas e aos portadores de necessidades especiais, além da equidade de gênero. Para atuar nesta direção, o PLOA/2026 propõe um leque de ações que totalizam R$210,5 milhões, destacando, na dimensão assistencial, o atendimento às

crianças e adolescentes, quer seja na proteção social básica ou especializada, quer seja com o fortalecimento de vínculos familiares, e no tratamento e assistência dos que se encontram em vulnerabilidade social ou mesmo em conflito com a lei. Em reforço a essas iniciativas, estão previstas a construção e requalificação de 10 equipamentos socioassistenciais.

Para maior consistência desse Programa de Governo, também, está prevista a implantação, no próximo exercício, de mais um restaurante popular, uma iniciativa de sucesso, que tem registrado elevada aceitação, principalmente junto a população de baixa renda; a assistência e inclusão das pessoas idosas e portadora de deficiência, através dos projetos "Salvador 60 +" e "Salvador Inclusiva"; assim como as propostas voltadas à redução das desigualdades históricas, sociais, econômicas e culturais, que se verificam, tanto nas relações de gênero, homens e mulheres, como de raça, brancos e pretos. Nessa linha, a Proposta Orçamentária investe na assistência e proteção da mulher em condições de vulnerabilidade, oferecendo apoio institucional com a Casa da Mulher Brasileira e abrigo para recolhimento, assim como, estimulando o empoderamento com a capacitação e certificação da mulher, cuja proposta para 2026 é que, dos 30 mil certificados previstos, 50% sejam atribuídos ao sexo feminino.

Em relação à população negra, propõe-se fortalecer a rede institucional de combate ao racismo e a intolerância religiosa, estendendo a todos os órgãos a implantação desse programa, assim como a implementação de 30 ações dirigidas às comunidades quilombolas, além da preservação da matriz africana, com os projetos específicos de melhoria e fortalecimento dos terreiros e dos blocos afros.

Na perspectiva de estruturar Salvador na modelagem de uma metrópole contemporânea, as questões que afetam mobilidade, infraestrutura urbana e o ordenamento da cidade estão tratadas em três programas de Governo específicos, que abrigam um elenco de intervenções para o próximo quadriênio, reservando, no PLOA do exercício de 2026, o destaque das seguintes propostas: com R$ 1,3 bilhão o Programa Mobilidade Urbana: Integrada, Segura, Fluída e Confortável, focando as obras para implantação do Teleférico do Mané Dendê, um projeto da ordem de R$ 505,8 milhões, que consiste em viabilizar deslocamento vertical de extensão de 4,5 quilómetros, com paradas em quatro estações: Praia Grande, Mané Dendê, Pirajá e Campinas de Pirajá. Este projeto conta com recursos do financiamento do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF e propõe levar benefícios a aproximadamente 700 mil habitantes dessas comunidades. Para 2026 estão reservados R$189 milhões.

No que se refere à melhoria e renovação da frota, iniciativa que conta, também, com recursos de operações de crédito celebradas com o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, encontra-se reservado, no PLOA, R$272,7 milhões destinados à aquisição de 30 ônibus elétricos e R$ 189,9 milhões para 100 ônibus convencionais.

Outro aspecto a ser destacado, na Proposta, é a gestão do trânsito visando tanto a fluidez, como a segurança na trafegabilidade de veículos e pedestres. Para tanto, estão previstos recursos no total de R$ 89 milhões, a serem empregados no planejamento de circulação viária, na melhoria da sinalização, nos equipamentos públicos de infraestrutura de transportes e na construção e requalificação de 08 passarelas. Ressalte-se, também, a requalificação e pavimentação de 150 Km de vias,

mobilizando R$ 195,1 milhões e R$ 214,2 milhões para abertura de nova via no município.

Em relação às questões afetas à urbanidade, que integram as propostas do Programa – Requalificação Urbana: Espaços Urbanos e Acolhedores, será destinado, em 2026, para sua viabilização, um aporte de recursos da ordem de R$ 586,2 milhões.

Vale destacar, do vasto elenco de iniciativas programadas, as intervenções focadas na implantação e requalificação de espaço públicos que trazem harmonia à cidade e proporcionam desfrute coletivo a exemplo das praças, rotas verdes planejadas e jardins, como a requalificação de áreas degradadas e moradias, a conservação de vias e espaços público, saneamento básico, encostas em áreas de riscos. Com esse propósito, pode-se constatar que o Programa de Trabalho do presente PLOA prevê a construção e requalificação de 65.000 metros quadrados de praças com um custo global, estimado em R$ 27milhões, a que se somam as intervenções complementares de paisagismo e equipamentos, alcançando um montante de R$ 85 milhões de reais. No item habitação, a proposta é viabilizar novas unidades habitacionais para beneficiar 920 famílias; requalificar 4.140 moradias restabelecendo as condições dignas a seus habitantes e promover a regularização de 7.723 imóveis. Para tanto, foram reservados R$ 116 milhões.

Ao saneamento básico, que prevê a realização de 146 mil metros de micro drenagem, com limpeza e desobstrução de canais, e 15 Km de macro drenagem em vias públicas, foram reservados R$ 73,3 milhões. Soma-se, ainda na linha do saneamento, a Revitalização da Bacia do Camarajipe, que, embora trate-se de uma proposta de longo prazo, já se pretende no exercício de 2026, iniciar os estudos e o planejamento para a elaboração dos projetos pertinentes. Quanto à conservação e requalificação da malha viária, contando com R$ 82 milhões, está previsto intervir em 116,4 Km, além de 196 mil metros quadrados na orla marítima.

Outro foco de atenção, refere-se ao restabelecimento de áreas degradadas, com a implementação de projetos estruturantes, a exemplo das intervenções que vêm sendo realizadas no Mané Dendê. Para 2026, a proposta é intervir na Comunidade Pé Preto, beneficiando 81 famílias, tendo como prioridade as obras de requalificação urbana e habitação. Para essa iniciativa, encontram-se reservados R$ 35,9 milhões.

Ainda neste Programa, merece destaque a atenção que o governo municipal vem dispensando ao quesito segurança das comunidades que habitam em áreas de elevada vulnerabilidade, com riscos de deslizamentos. Para tanto e em continuidade ao que já vem sendo realizado, pretende-se trabalhar, em 2026, com R$ 52,8 milhões, que se destinam à estabilização de 20 encostas e aplicação geomantas em 20 áreas de risco da cidade.

Por sua vez, as ações que estão dirigidas ao ordenamento urbano, segurança e zeladoria da capital, integrantes do Programa: Salvador Minha, Sua e de Todos – Modelo de Ordenamento Urbano, envolvem recursos da ordem de R$ 246,4 milhões que, somados aos R$ 775,0 milhões da limpeza urbana, totalizam, aproximadamente, R$ 1,0 bilhão. Saliente-se que, embora a limpeza urbana integre a grade de ações do Programa Administração do Executivo, o seu propósito, mantém estreita vinculação com a questão do ordenamento urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

MENSAGEM Nº 22/2025

De referência ao desenvolvimento econômico e sustentável, em que pese os avanços já experimentados em Salvador, a cidade ainda tem diante de si o imenso desafio de reduzir a pobreza e assegurar condições dignas de sobrevivência para sua população. Assim é que, amparados nos Programas de Governo: Economia Urbana, Trabalho e Renda: Promoção do Desenvolvimento Econômico e o Salvador: Cidade Inovadora, Moderna e Sustentável, o Governo tem se empenhado em intervir, cada vez mais, nessa realidade, buscando alternativas, tais como: qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho e estímulo ao ambiente de negócios, visando impulsionar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

Neste sentido, o projeto Treinar para Empregar, que é um dos pilares do Programa de Economia Urbana, reunindo no rol de iniciativas dessa natureza, conta, na proposta para 2026, com um aporte de R$ 22 milhões, para intensificar a capacitação de jovens e adultos, com o objetivo de elevar o estoque de postos de trabalho formais a 30 mil novos empregos, na Capital.

O compromisso com a dinamização da economia, contudo, não se esgota no treinamento de mão de obra para o mercado de trabalho. Impõe a melhoria do ambiente de negócios, o estímulo e fortalecimento da gestão empreendedora, principalmente nos pequenos negócios; o suporte técnico e concessão de crédito; o monitoramento da qualidade dos serviços da cadeia produtiva, certificando empresas, além da gestão focada na atração de investimentos para a capital baiana, que complementam o conjunto das propostas desse Programa Economia Urbana Trabalho e Renda, às quais se destinam recursos da ordem de R$ 55,9 milhões.

Ademais, é oportuno salientar que, na nova ordem mundial, o desenvolvimento econômico guarda estreita relação com a condição de sustentabilidade ambiental e tecnológica, ingredientes imprescindíveis não só à preservação ambiental, como a gestão inteligente da cidade e, consequentemente, da ambiência de negócios. Nesta direção, o Programa Salvador: Cidade Inovadora, Moderna e Sustentável, que ampara as intervenções dessas áreas, participa, no PLOA/2026, com R$ 69,9 milhões, dos quais R$ 4,8 milhões concentrados em uma ação prioritária do governo, que é a implantação de corredores e rotas verdes em toda cidade, estabelecendo-se a meta, para o próximo exercício, de arborizações, em uma área de 95 mil metros quadrados.

Em outro giro, uma das principais iniciativas da Administração, tem sido a implementação de uma dimensão inovadora da gestão, como se pode verificar das inúmeras ferramentas operacionais e gerenciais disponibilizadas pela Prefeitura, assim como a modernização da oferta dos serviços aos cidadãos apoiados no suporte tecnológico, viabilizando agilidade, segurança e eficiência nas entregas.

Com este propósito, as três últimas gestões vêm canalizando montante significativos de recursos em projetos e no aparelhamento da Prefeitura em tecnologia, com o propósito de melhor servir ao cidadão. Em continuidade a esse esforço e considerando que essa é uma intervenção amplamente transversal, que perpassa vários programas de Governo, na Proposta Orçamentária, são alocados, para 2026, recursos da ordem de R$ 331,4 milhões. Neste montante, a implantação e implementação do Centro de Comando de Operações – CCO participa com R$ 35,5 milhões e o projeto Salvador digital, integrando bases tecnológicas com R$ 11,2 milhões.

MENSAGEM Nº 22/2025

Não obstante consistir em apenas um programa de governo o Salvador: Berço da Cultura e Capital do Turismo, essas atividades a ele inerentes, são fortes aliadas da política de implementação do desenvolvimento e da aceleração da economia em Salvador. Mesclados numa relação simbiótica e com um traço forte e peculiar da matriz africana, a cultura e o turismo da capital baiana vêm merecendo uma constante e especial atenção dos gestores municipais, o que tem favorecido o reconhecimento da nossa cidade como sendo um dos destinos mais procurados para visitação em âmbito nacional e internacional.

Consciente da dinâmica econômica e cultural desses segmentos, a Prefeitura vem investindo cada vez mais na melhoria e visibilidade dessas atividades, sempre com a preocupação de preservar os valores, a identidade e o senso de pertencimento cultural da capital baiana. Neste sentido e dispondo de uma robusta proposta de trabalho a ser executada pela atual gestão, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no total de R$ 451 milhões, dos quais R$ 121,6 milhões para serem empregados em 2026, a presente Peça Orçamentária contempla um conjunto de intervenções nessas áreas, que somam recursos da ordem de R$ 475,0 milhões.

O Projeto Salvador Capital Afro, financiado pelo BID, visa apoiar prioritariamente a população negra com intervenções sócio econômicas. A previsão, para 2026, é atuar, dentre outras iniciativas, com ações de capacitação de empreendedores negros, desenvolvimento do Plano Sócio Ambiental Sustentável, com foco no turismo, e projetos sócio urbanísticos, voltados à revitalização de 10 casarões no Comércio para residência, espaço de negócios e implantação de Centro turístico-culturais.

Destaca-se desse conjunto, a conclusão e entrega do importante equipamento Complexo da Cidade da Música, um espaço que vai ganhar dois novos atrativos: a Escola de Música e Arte Letieres Leite, para formação de talentos e uma Casa de Espetáculos com calendário periódico, reforçando a importância do equipamento. A finalização dessa obra prevê recursos da ordem de R$ 64,5 milhões

No reforço às iniciativas artístico cultural, encontram-se abrigadas nesse programa de Governo, as propostas de fortalecimento de Salvador no circuito turístico e o fomento à produção do desenvolvimento de atividades artísticas, salientando-se, nessa linha, o exitoso projeto Boca de Brasa, que atuando em espaços das 10 Prefeituras Bairros, realizará 506 atividades em 2026, mobilizando recursos no total de R$ 8,6 milhões. Integra, também, esse elenco, a preservação do patrimônio histórico e cultural de Salvador, a que se reserva, para o exercício 2026, R$ 6,3 milhões, destinados 100 intervenções em diversos monumentos.

É importante lembrar que na retaguarda da gestão, dando suporte e definindo o modelo operacional, encontra-se o elenco de iniciativas que integram os Programas Gestão Pública Moderna, Planejada, Transparente e Equilibrada e o Programa de Administração do Executivo Municipal. O primeiro totaliza R$ 807,3 milhões, reunindo ações que demonstram os princípios e traduzem as estratégia para implementar um Programa de Governo de forma eficiente, eficaz e responsável. Já o segundo, refletindo essas diretrizes, ampara as despesas do gerenciamento e aparelhamento da gestão, a exemplo da manutenção do corpo funcional, o custeio da máquina administrativa e os encargos da dívida, envolvendo este uma soma de recursos da ordem de R$ 6,8 bilhões.

MENSAGEM Nº 22/2025

Por fim, vale ressaltar que o elenco de intervenções até aqui mencionadas retrata, apenas, alguns destaques da Proposta para o exercício de 2026, parte do Programa de Trabalho a ser executado ao longo da nossa gestão. Nossa convicção no sucesso dessas iniciativas reside no trabalho da nossa equipe e na firme determinação em sustentar o equilíbrio fiscal como regra de ouro da gestão, utilizando sempre, da melhor maneira racional e transparente, os recursos públicos em proveito da nossa coletividade.

Desse modo, Senhor Presidente, ao apresentar a Proposta Orçamentária para o exercício de 2026, com os subsídios necessários a sua análise, aproveito, também, para, mais uma vez, reconhecer e agradecer a Vossa Excelência e aos seus operosos Pares o apoio e a solidariedade que a Administração tem recebido dessa Casa Legislativa, independentemente dos posicionamentos político-partidários de cada um, legítimos em nosso convívio democrático, mas sempre imbuídos de elevado espírito público e compromisso com o bem comum da nossa Cidade do Salvador.

Atenciosamente,

BRUNO SOARES REIS
Prefeito